



Anais da Assembleia

Nº 138

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 07 DE DEZEMBRO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 1978.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Jorge Sato.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Aguarazi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Luiz Roberto Soares (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 137/78

Curitiba, 4 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Auxílio e Cooperação n.º 187/78, celebrado em 08 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, para melhoria do Sistema de Transporte Urbano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 138/78

Curitiba, 4 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

Município e n.º do Convênio	Data da celebração
Diamante do Norte - 106/78 - SEPL	30/10/78
Colorado - 134/78 - SEPL	23/10/78
Tijucas do Sul - 136/78 - SEPL	23/10/78
Agudos do Sul - 229/78 - SEPL	26/10/78
Altônia - 230/78 - SEPL	31/10/78
Abatiá - 233/78 - SEPL	30/10/78
Palmeira - 235/78 - SEPL	07/11/78
Clevelândia - 236/78 - SEPL	06/11/78
Uniflor - 239/78 - SEPL	08/11/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 139/78

Curitiba, 4 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reestruturar o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 393, de 19 de setembro de 1978, do Excelentíssimo Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, diz, com o necessário detalhe, sobre o significado, interesse administrativo e oportunidade da medida ora submetida a essa augusta Assembleia Legislativa.

Certo de que a proposição encaminhada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, passa a ser regido pelo disposto nesta lei.

Art. 2.º — O Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas compreende o seu quadro de funcionários e tem como atribuições todos os serviços administrativos do Tribunal, subordinados à Presidência e sob a direção da Diretoria Geral.

Art. 3.º — Compete ao Presidente do Tribunal, ouvido o Plenário, o provimento dos cargos integrantes do Corpo

Instrutivo e as alterações que nele ocorreram, na forma da lei ou do disposto em Provimento Regimental.

Art. 4.º — O Corpo Instrutivo do Tribunal compõe-se de:

- I — Gabinete da Presidência;
- II — Gabinetes dos Conselheiros, Auditores, da Corregedoria-Geral e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal;
- III — Diretoria-Geral;
- IV — Inspeção Geral de Controle;
- V — Inspeções de Controle Externo;
- VI — Diretoria de Pessoal e Contabilidade;
- VII — Diretoria de Expediente, Arquivo e Protocolo;
- VIII — Diretoria Revisora de Contas;
- IX — Diretoria de Tomada de Contas;
- X — Diretoria de Contas Municipais;
- XI — Diretoria de Administração do Material e Patrimônio; e
- XII — Assessoria Técnico-Jurídica.

Art. 5.º — Os Gabinetes são órgãos de apoio administrativo e de assessoramento e terão suas atribuições básicas disciplinadas em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA-GERAL

Art. 6.º — A Diretoria-Geral, com funções relativas à ordenação das atividades referentes aos meios administrativos necessários ao funcionamento do Tribunal, executará o preparo, o exame e instruções de processos a ele submetidos.

Parágrafo único. A Diretoria-Geral será dirigida por um Diretor-Geral e terá suas atribuições e seus serviços fixados e definidos em Provimento Regimental.

DA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE

Art. 7.º — À Inspeção Geral de Controle compete receber das Inspeções de Controle Externo os relatórios mensais, acompanhados dos respectivos balancetes dos órgãos e entidades fiscalizadas, com a finalidade de compor o conjunto do movimento orçamentário e financeiro do Estado, seus atos e fatos, para servir de base ao exame das contas anuais de cada órgão e entidade pública ou vinculada ao Estado, sujeitas ao julgamento do Tribunal de Contas e ao Parecer Prévio que o Tribunal deve emitir sobre as contas do Governador do Estado e as dos Municípios, e informações que, por preceito constitucional ou legal deve o Tribunal prestar ou certificar.

Parágrafo único. A Inspeção Geral de Controle terá como responsável um inspetor Geral de Controle e será organizada e superintendida pela Presidência do Tribunal de forma a atender aos fins a que se destina e terá suas atividades e serviços disciplinados e definidos em Provimento Regimental.

DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Art. 8.º — Às Inspeções de Controle Externo, como órgãos setoriais, incumbe, basicamente, a fiscalização, "in loco", de todos os atos da administração pública direta e indireta do Estado, autarquias, fundos, fundações instituídas pelo poder público, entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença, exclusiva ou majoritariamente, ao Estado, ao Município ou a qualquer entidade da respectiva administração indireta, de que resultem receita ou despesa pública.

Parágrafo único. As Inspeções de Controle Externo, dirigidas por Inspectores de Controle Externo, serão distribuídas, para efeito de subordinação, entre os Conselheiros e têm sua composição e funcionamento regulados em ato próprio do Tribunal.

DA DIRETORIA DE PESSOAL E CONTABILIDADE

Art. 9.º — À Diretoria de Pessoal e Contabilidade compete

organizar os assentamentos e todo o serviço relativo às ocorrências funcionais do pessoal e membros do Tribunal e dos atos e fatos administrativos que envolvam as finanças e orçamento do Tribunal.

Parágrafo único. A Diretoria de Pessoal e Contabilidade será dirigida por um Diretor e terá seus serviços e demais atribuições definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E PROTOCOLO

Art. 10 — À Diretoria de Expediente, Arquivo e Protocolo, compete protocolar e atuar todo o expediente que seja encaminhado ao Tribunal, informar as partes e expedir a correspondência e os processos depois de sua tramitação, sendo responsável, também, pelo arquivo do Tribunal.

Parágrafo único. A Diretoria de Expediente, Arquivo e Protocolo será dirigida por um Diretor e terá seus serviços e demais atribuições definidas em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA REVISORA DE CONTAS

Art. 11 — À Diretoria Revisora de Contas compete examinar a situação dos responsáveis por adiantamentos e informar as respectivas comprovações de sua aplicação, mediante cadastro e controle dos responsáveis.

Parágrafo único. A Diretoria Revisora de Contas será dirigida por um Diretor e terá seus serviços definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS

Art. 12 — À Diretoria de Tomada de Contas compete conferir definitivamente os balancetes das repartições arrecadoras do Estado, fundamentando a conferência nas normas legais vigentes. Fazer o levantamento das contas dos responsáveis e remetê-las para julgamento do Tribunal, manter um arquivo dos elementos necessários à comprovação, registro e cancelamento de responsabilidades e manter atualizado o cadastro das fianças dos exatores e responsáveis por bens públicos.

Parágrafo único. A Diretoria de Tomada de Contas será dirigida por um Diretor e terá seus serviços definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Art. 13. À Diretoria de Contas Municipais compete o exame das contas do exercício financeiro dos órgãos municipais, informando-as tecnicamente, bem como instruir as consultas, contábil e juridicamente, que versem sobre a matéria do âmbito dos municípios.

Parágrafo único. A Diretoria de Contas Municipais será dirigida por um Diretor e terá seus serviços definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL E PATRIMÔNIO

Art. 14 — À Diretoria de Administração do Material e Patrimônio compete, basicamente, zelar pelo uso, segurança e manutenção do patrimônio, fazer a requisição e escriturar o material do Tribunal, efetuando, anualmente, o inventário de seus bens. Compete, ainda, a fiscalização sobre os serviços das viaturas do Tribunal, e a assistência técnica aos órgãos do Tribunal em assuntos especializados relacionados com a área de Engenharia.

Parágrafo único. A Diretoria de Administração do Material e Patrimônio será dirigida por um Diretor e terá seus serviços e demais atribuições fixados em Provimento Regimental.

DA ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

Art. 15 — À Assessoria Técnico-Jurídica compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência

técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade, Engenharia e Administração, bem como dará parecer jurídico em processos referentes ao Pessoal do Corpo Instrutivo.

Parágrafo Único. Os serviços e atribuições da Assessoria Técnico Jurídica serão definidos em Provimento Regimental.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 16 — O Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, estruturado em cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, é o constante dos Anexos I e II.

Parágrafo Único. Fica mantida a carreira de Médico, criada pela Lei n.º 6.117, de 22 de junho de 1970.

Art. 17 — Nos cargos de Técnico de Controle Externo, cuja carreira passa a ser privativa de portadores de diploma de nível superior, devidamente registrado, nas áreas de Ciências Jurídicas, Econômicas, Contábeis, Engenharia e Administração, serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Técnico de Controle Externo TC-100.5: os atuais titulares dos cargos isolados de provimento efetivo de Secretário-Geral, Diretor, Assessor Técnico, Assistente Técnico da Presidência e Tesoureiro e os titulares dos cargos efetivos de Assessor Jurídico TC-30 e Engenheiro TC-30;

b) Técnico de Controle Externo TC-100.4 os atuais titulares dos cargos efetivos de Assessor Jurídico TC-29, Economista TC-29, Contador TC-29 e Engenheiro TC-29;

c) Técnico de Controle Externo TC-100.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Assessor Jurídico TC-28, Economista TC-28, Contador TC-28 e do cargo isolado de provimento efetivo de Auxiliar Técnico TC-28; e

d) Técnico de Controle Externo TC-100.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Economista TC-27 e Contador TC-27.

Art. 18 — Nos cargos efetivos de Auxiliar de Plenário, cuja carreira passa a ser privativa de portadores de diploma de curso superior ou de Taquigrafia, devidamente registrados, serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Auxiliar de Plenário TC-200.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Redator TC-26 e TC-25 e Técnico Orçamentarista TC-25; e

b) Auxiliar de Plenário TC-200.1: os atuais titulares dos cargos efetivos de Taquígrafo TC-25 e TC-24 e do cargo isolado de provimento efetivo de Bibliotecário TC-19.

Art. 19. Nos cargos efetivos de Oficial de Controle cuja carreira passa a ser privativa de portadores de diploma de curso de 2.º grau, devidamente registrado, serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Oficial de Controle TC-300.4: os atuais titulares dos cargos efetivos de Oficial de Instrução TC-23 e TC-22 e os titulares dos cargos isolados de provimento efetivo de Assistente de Delegado TC-19 e Auxiliar de Tesoureiro TC-19;

b) Oficial de Controle TC-300.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Oficial de Instrução TC-21, Auxiliar de Instrução TC-20 e dos cargos isolados de provimento efetivo de Arquivista TC-19 e Motorista TC-19; e

c) Oficial de Controle TC-300.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Auxiliar de Instrução TC-19 e TC-18.

Art. 20 — Nos cargos efetivos da carreira de Auxiliar de Controle serão enquadrados, respectivamente como:

a) Auxiliar de Controle TC-400.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Técnico de Mecanização TC-19 e TC-18 e Motorista TC-18;

b) Auxiliar de Controle TC-400.2: os atuais titulares

dos cargos efetivos de Técnico de Mecanização TC-17 e Motorista TC-17; e

c) Auxiliar de Controle TC-400.1: os atuais titulares dos cargos efetivos de Técnico de Mecanização TC-16, Datilógrafo TC-16 e TC-15 e Motorista TC-16.

Art. 21. Nos cargos efetivos da carreira de Auxiliar Administrativo serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Auxiliar Administrativo TC-500.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Datilógrafo TC-14 e TC-13 e Arquivista TC-13;

b) Auxiliar Administrativo TC-500.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Arquivista TC-12 e Telefonista TC-10 e TC-9.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os ocupantes dos cargos da classe final da carreira de Oficial de Controle, respeitado o interesse da administração, poderão ser providos, por acesso, para a classe inicial dos cargos da carreira de Auxiliar de Plenário e os ocupantes dos cargos da classe final da carreira de Auxiliar de Controle, para a classe inicial dos cargos da carreira de Oficial de Controle.

Parágrafo único. Para efeito de acesso, serão observadas as normas estatutárias e a habilitação profissional do funcionário, respeitado o número de vagas existentes.

Art. 23. O provimento dos cargos vagos existentes nos níveis iniciais das carreiras constantes do Anexo I será feito mediante concurso público.

Art. 24. Os concursos públicos para provimento dos cargos vagos existentes nos níveis iniciais das carreiras de Técnico de Controle Externo, Auxiliar de Plenário e Oficial de Controle, serão sempre precedidos de processo seletivo interno, de caráter competitivo, entre funcionários integrantes do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo.

Art. 25. Aos ocupantes dos cargos referidos nos artigos 17 e 18, aplicam-se as disposições das Leis n.ºs 6593/74 e 6641/74, com os posteriores reajustes, ficando seus valores unificados, respectivamente, pelos concedidos aos cargos efetivos de Assessor Jurídico e Redator, constantes da estrutura anterior.

Art. 26. Ficam mantidas as Funções Gratificadas e as Gratificações de Representação já existentes, as quais serão adaptadas à nova estrutura ora criada, por ato do Presidente do Tribunal.

Art. 27. As responsabilidades, habilitação técnica, funções e demais características dos cargos constantes dos Anexos I e II, que integram o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo, serão estabelecidas e definidas em Provimento Regimental.

Art. 28. Os casos omissos referentes à organização dos serviços administrativos do Tribunal, serão regulados em Provimento Regimental.

Art. 29. As despesas com a execução da presente lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Estado ao Tribunal de Contas.

Art. 30. Fica expressamente revogada a Lei n.º 6.117, de 22 de junho de 1970, e demais disposições em contrário.

Art. 31. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A N E X O I			
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
Nº Cargos	Denominação	Simbologia	Valor
23	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.5	13.520,00
19	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.4	11.400,00
26	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.3	9.200,00
25	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.2	7.360,00
81	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.1	6.520,00
03	AUXILIAR DE PLENÁRIO	TC-200.2	6.300,00
07	AUXILIAR DE PLENÁRIO	TC-200.1	6.050,00
05	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.5	5.780,00
38	OFICIAL DE CONTROLE	TG-300.4	5.400,00
50	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.3	4.900,00
30	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.2	4.400,00
35	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.1	4.200,00
15	AUXILIAR DE CONTROLE	TC-400.3	4.000,00
15	AUXILIAR DE CONTROLE	TC-400.2	3.600,00
35	AUXILIAR DE CONTROLE	TC-400.1	3.100,00
30	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TC-500.3	2.850,00
06	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TC-500.2	2.540,00
25	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TC-500.1	2.000,00
01	MÉDICO	TC-30	6.821,00
01	MÉDICO	TC-29	6.516,00

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de Cargos	Denominação	Simbologia	Valor
01	Diretor-Geral	DAS-2	19.239,00
06	Diretor	DAS-4	15.338,00
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-4	15.338,00
01	Inspetor Geral de Controle	DAS-4	15.338,00
06	Inspetor de Controle Externo	DAS-4	15.338,00
07	Auxiliar de Controle Externo	3-C	7.414,00
PRESIDÊNCIA			
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-4	15.338,00
01	Oficial de Gabinete	2-C	8.060,00
01	Oficial de Gabinete	3-C	7.414,00
02	Oficial de Gabinete	4-C	6.822,00
01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	5-C	6.276,00
CONSELHEIROS			
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-4	15.388,00
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-4	15.338,00
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	2-C	8.060,00
07	Auxiliar de Gabinete do Conselheiro	5-C	6.276,00
PROCURADORIA			
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	8.757,00
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	2-C	8.060,00
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	5-C	6.276,00
AUDITORIA			
01	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5	8.757,00
01	Chefe de Gabinete da Auditoria	2-C	8.060,00
01	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	5-C	6.276,00
CORREGEDORIA			
01	Auxiliar de Gabinete da Corregedoria	5-C	6.276,00
DIRETORIA-GERAL			
01	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral	1-C	8.757,00
01	Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral	2-C	8.060,00
01	Secretário do Conselho Superior	2-C	8.060,00
01	Assistente Técnico do Conselho Superior	5-C	6.276,00
01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria-Geral	6-C	5.772,00
DIRETORIAS			
07	Assistente de Diretoria	4-C	6.822,00

Mensagem 140/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de outubro de 1978, entre o Governo do Estado e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da FUNDEPAR, objetivando apoio do Projeto de Transporte Escolar, desenvolvido no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 141/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 19 de outubro de 1978, ao Convênio celebrado em 22 de agosto de 1975, entre o Estado e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a implantação do Programa Especial do Oeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 142/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios de auxílio e cooperação, celebrados pelo Governo do Estado com os municípios abaixo especificados e interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Município e nº do Convênio	Data da celebração
Abatiá - 141/78-SEPL	11/11/78
Adrianópolis - 142/78-SEPL	10/11/78
Alto Paraná - 143/78-SEPL	10/11/78
Alvorada do Sul - 144/78-SEPL	11/11/78
Amaporã - 145/78-SEPL	10/11/78
Atalaia - 146/78-SEPL	10/11/78
Bom Sucesso - 149/78 - SEPL	10/11/78
Califórnia - 151/78-SEPL	10/11/78
Cambará - 152/78-SEPL	10/11/78
Cambira - 153/78-SEPL	10/11/78
Centenário do Sul - 154/78-SEPL	13/11/78
Congoinhas - 155/78-SEPL	11/11/78
Cruz Machado - 156/78-SEPL	13/11/78
Doutor Camargo - 158/78-SEPL	11/11/78
Fênix - 159/78-SEPL	09/11/78
Flórida - 160/78-SEPL	10/11/78
Guaporema - 162/78-SEPL	09/11/78
Imbituva - 165/78-SEPL	09/11/78

Itaguagé - 166/78-SEPL	13/11/78
Itambaracá - 167/78-SEPL	10/11/78
Itaúna do Sul - 168/78-SEPL	10/11/78
Ivaí - 169/78-SEPL	09/11/78
Ivatuba - 170/78-SEPL	11/11/78
Jacarezinho - 171/78-SEPL	09/11/78
Jandaia do Sul - 172/78-SEPL	10/11/78
Janiópolis - 173/78-SEPL	09/11/78
Jardim Alegre - 174/78-SEPL	07/11/78
Lapa - 177/78 - SEPL	10/11/78
Lupionópolis - 178/78-SEPL	10/11/78
Maria Helena - 179/78-SEPL	11/11/78
Mariaiva - 180/78-SEPL	07/11/78
Marilândia do Sul - 181/78-SEPL	09/11/78
Marilena - 182/78-SEPL	10/11/78
Marumbi - 183/78-SEPL	09/11/78
Mirador - 184/78-SEPL	10/11/78
Morretes - 186/78 - SEPL	13/11/78
Nova Fátima - 188/78 - SEPL	11/11/78
Ourizona - 189/78 - SEPL	11/11/78
Palmeira - 190/78 - SEPL	09/11/78
Paranapoema - 191/78-SEPL	13/11/78
Paula Freitas - 192/78-SEPL	13/11/78
Peabiru - 193/78-SEPL	09/11/78
Pinhalão - 194/78-SEPL	12/11/78
Presidente Castelo Branco - 195/78-SEPL	11/11/78
Rancho Alegre - 197/78-SEPL	13/11/78
Rio Bom - 198/78 - SEPL	09/11/78
Rondon - 199/78 - SEPL	10/11/78
Sabáudia - 200/78 SEPL	10/11/78
Santa Cruz do Monte Castelo - 203/78-SEPL	10/11/78
Santa Fé - 204/78 - SEPL	10/11/78
Santa Mariana - 205/78 - SEPL	09/11/78
São João do Ivaí - 206/78 - SEPL	07/11/78
São João do Triunfo - 207/78 - SEPL	13/11/78
São José da Boa Vista - 208/78-SEPL	09/11/78
São Pedro do Ivaí - 209/78-SEPL	07/11/78
São Tomé - 210/78-SEPL	10/11/78
Siqueira Campos - 212/78-SEPL	09/11/78
Tamboara - 213/78 - SEPL	11/11/78
Tapejara - 214/78 - SEPL	10/11/78
Teixeira Soares - 215/78-SEPL	09/11/78
Tibagi - 216/78 - SEPL	11/11/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 143/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 03 de novembro de 1978 a 07 de novembro de 1978, respectivamente, entre o Governo do Estado e os Municípios de LARANJEIRAS DO SUL e CATANDUVAS, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto

dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 144/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento urbano dos municípios signatários.

Município e nº do convênio	Data da celebração
São José dos Pinhais - 35/78	25/10/78
Colombo - 36/78	25/10/78
Araucária - 37/78	25/10/78
Bocaiúva do Sul - 41/78	25/10/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 145/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os Municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

Municípios	Data da Celebração
Alvorada do Sul	11/05/78
Ampère	11/05/78
Apucarana	24/02/78
Barracão	12/07/78
Boa Esperança	11/05/78
Borrazópolis	11/05/78
Cambará	21/07/78
Cambira	20/02/78
Campina Grande do Sul	11/05/78
Campina da Lagoa	13/05/78
Campo Mourão	07/03/78
Capanema	12/07/78
Carlópolis	11/05/78
Castro	11/05/78
Céu Azul	09/03/78
Cidade Gaúcha	11/05/78
Congoninhas	21/07/78
Contenda	17/07/78
Cruz Machado	11/05/78
Diamante do Norte	21/07/78
Dois Vizinhos	11/05/78
Flórida	11/05/78
Fóz do Iguaçu	11/05/78
Francisco Alves	12/07/78
Guaratuba	06/03/79
Itambé	17/07/78

Ivaí	11/05/78
Ivatuba	16/03/78
Jaboti	05/07/78
Jandaia do Sul	24/02/78
Japira	21/07/78
Japurá	11/05/78
Jataizinho	16/03/78
Jataizinho	20/10/78
Leópolis	21/07/78
Loanda	02/02/78
Lobato	16/03/78
Mangueirinha	11/05/78
Maria Helena	24/02/78
Medianeira	11/05/78
Medianeira	11/05/78
Mirador	12/07/78
Moreira Salles	11/05/78
Nova América da Colina	12/07/78
Nova Londrina	11/05/78
Ortigueira	11/05/78
Palmital	11/05/78
Pato Branco	12/07/78
Piraí do Sul	11/05/78
Pitanga	11/05/78
Primeiro de Maio	11/05/78
Quatiguá	21/07/78
Rancho Alegre	11/05/78
Rebouças	03/04/78
Renascença	14/02/78
Ribeirão Claro	11/05/78
Rondon	07/03/78
Salgado Filho	12/07/78
Salto do Lontra	12/07/78
Santa Cecília do Pavão	21/07/78
Santa Helena	05/07/78
Santa Isabel do Ivaí	11/05/78
Santo Antônio da Platina	11/05/78
Santo Antônio da Platina	21/07/78
Santo Inácio	11/05/78
São João	12/07/78
São Jorge D'Oeste	11/05/78
São Pedro do Paraná	11/05/78
São Sebastião da Amoreira	12/07/78
São Tomé	11/05/78
Alto Paraná	11/05/78
Tamboára	24/02/78
Uraí	21/07/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 146/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos datados de 10 de novembro de 1978, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de ITAGUA-
GÊ, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ e SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto

dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 147/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa dar nova redação ao artigo 65, da Lei número 5.849, de 25 de setembro de 1968.

A forma proposta melhor situa a matéria no contexto constitucional, prevendo vinculação interna dos vencimentos dos membros do Ministério Público, fixando-os, para entrância final, em percentual do grau superior e mantendo, de uma para outra entrância, a diferença de dez por cento.

De modo igual ou semelhante, com igual resultado, já dispõe a legislação de outros Estados, reconhecendo-se a importância e a relevância do Ministério Público na atual conjuntura social, jurídica e administrativa.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O art. 65, ao qual são acrescidos parágrafos, da Lei nº 5.849, de 25 de setembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 65 — Os vencimentos mensais do Procurador Geral da Justiça serão fixados em lei especial, juntamente com os da Magistratura.

§ 1.º — Os Procuradores da Justiça perceberão, mensalmente, vencimentos correspondentes a 95% (noventa e cinco por cento) dos recebidos pelo Procurador Geral da Justiça.

§ 2.º — A diferença de vencimentos dos membros do Ministério Público de primeira instância, de uma para outra entrância, é de dez por cento (10%).

§ 3.º — Os Promotores de Justiça e Curadores da Comarca da Capital, perceberão oito nonos (8/9) dos vencimentos atribuídos ao Procurador Geral da Justiça.

§ 4.º — Para efeito de fixação de vencimentos, os Promotores Substitutos serão considerados de categoria imediatamente inferior à dos Promotores de Justiça de entrância inicial".

Art. 2.º — Nas causas em que a representação da Fazenda Pública Estadual couber a membro do Ministério Público, os honorários advocatícios a que for condenada a parte adversa serão recolhidos aos cofres públicos, como renda eventual.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 148/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura", código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis,

consubstancia o resultado de criteriosos estudos que tiveram em mira um melhor equacionamento do Grupo Ocupacional em causa e que foram realizados conjuntamente pela Pasta dos Recursos Humanos e pelas Secretarias de Estado em cujas lotações numéricas de pessoal figuram cargos de tal natureza.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura - TC - 1.500, deixa de pertencer à sistemática constante da Lei nº 5.978, de 01 de agosto de 1969, passando a ser regido na forma prevista nesta lei.

Art. 2.º — A estrutura das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei, incluídos os cargos das Autarquias, fica assim estabelecida:

Carreira	Classe	N.º de Cargos
Engenheiro Civil	1a	15
Engenheiro Civil	2a	22
Engenheiro Civil	3a	30
Engenheiro Civil	4a	39
Engenheiro Civil	5a	47
Engenheiro Químico	1a	3
Engenheiro Químico	2a	4
Engenheiro Químico	3a	6
Engenheiro Químico	4a	7
Engenheiro Químico	5a	9
Engenheiro Florestal	1a	1
Engenheiro Florestal	2a	1
Engenheiro Florestal	3a	1
Engenheiro Florestal	4a	1
Engenheiro Florestal	5a	1
Engenheiro Mecânico	1a.	1
Engenheiro Mecânico	2a.	1
Engenheiro Mecânico	3a.	1
Engenheiro Mecânico	4a.	1
Engenheiro Mecânico	5a.	1
Engenheiro Eletricista	1a.	1
Engenheiro Eletricista	2a.	1
Engenheiro Eletricista	3a.	1
Engenheiro Eletricista	4a.	1
Engenheiro Eletricista	5a.	1
Arquiteto	1a.	1
Arquiteto	2a.	1
Arquiteto	3a.	1
Arquiteto	4a.	1
Arquiteto	5a.	1
Engenheiro Agrônomo	2a.	6
Engenheiro Agrônomo	3a.	9
Engenheiro Agrônomo	4a.	12
Engenheiro Agrônomo	5a.	14
Engenheiro Agrônomo	6a.	18

Art. 3.º — Os ocupantes de cargos das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura ficam sujeitos a uma jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, em dois turnos diários.

Parágrafo único — Os funcionários enquadrados nos termos

desta lei ficam impedidos da percepção das gratificações de que tratam os incisos II, III, VIII e X, do artigo 172, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, sendo-lhes, igualmente, proibido o exercício de qualquer atividade de natureza particular.

Art. 4º — Ficam fixados em Cr\$ 20.280,00, em Cr\$. . . 18.252,00, em Cr\$ 16.426,00, em Cr\$ 14.783,00, em Cr\$. . . 13.140,00, em Cr\$ 11.826,00, os vencimentos respectivamente, das 1a., 2a., 3a., 4a., 5a. e 6a classes das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei.

Art. 5º — Os ocupantes efetivos de níveis 25, 26 e 27, das carreiras transformadas na forma do artigo 2o., da presente lei, ficam enquadrados na 6a., 5a. e 4a. classes, respectivamente.

Art. 6º — No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo de opção previsto no art. seguinte, o Poder Executivo, na conformidade do disposto no art. 41, da Lei no. 5.978, de 01 de agosto de 1969, baixará decreto redistribuindo os integrantes das carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, nas vagas previstas, pelo critério de antigüidade e merecimento, e aplicando, posteriormente a esta medida de caráter especial, o instituto de promoção nos precisos termos da Lei no. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 7º — Os ocupantes de cargos das carreiras atingidas por esta lei, poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado dos Recursos Humanos, optar pelo ingresso na nova estrutura, por decreto de enquadramento, sujeitando-se aos impedimentos e jornada de trabalho estabelecidos.

Parágrafo único — Os que não optarem, permanecerão na situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro Único do Pessoal Civil do Estado.

Art. 8º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 149/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao § 1º do artigo 22, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, que dispõe sobre o "Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado".

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, consubstancia o resultado de estudos que tiveram em mira um melhor equacionamento do pagamento da gratificação de Função Policial Militar, atribuída aos integrantes da Polícia Militar do Estado, aumentando os valores de tal gratificação e refletindo, em última análise, em benefícios à própria Administração pela conseqüente melhoria no desempenho das atividades cometidas à referida Corporação Policial Militar.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O § 1º do artigo 22, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º — Gratificação Tipo I — 40% (quarenta por cento) do soldo.

Gratificação Tipo II — 35% (trinta e cinco por cento) do soldo".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 150/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva dar nova redação ao "caput" do artigo 87 da Lei Complementar nº 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil do Estado).

A pretendida alteração às disposições do mencionado artigo 87 da referida Lei Complementar 3/74, consubstancia o resultado de estudos que tiveram em mira um melhor equacionamento do pagamento de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos integrantes da Polícia Civil do Estado, majorando os valores de tal gratificação e refletindo, em última análise, em benefícios à própria Administração, pela conseqüente melhoria de desempenho das atividades do setor Policial Civil do Estado.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º — O "caput" do art. 87 da Lei Complementar nº 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), alterado pela Lei Complementar nº 6, de 24 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada entre os limites de cinquenta e cento e vinte por cento dos respectivos vencimentos básicos".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 151/78 Curitiba, 05 de dezembro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar, a partir de 1o. de janeiro de 1979, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas do pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Visa, ainda, o anteprojeto de lei em questão, fixar, a partir de 1o. de janeiro de 1979, os vencimentos dos membros da Magistratura, do Procurador Geral da Justiça, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Merece, inicialmente, destacar que o plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, consubstancia estudos realizados pelos Órgãos competentes da Administração, os quais levaram em conta as normas constitucionais e legais aplicáveis e a conjuntura financeira do Estado, bem como as dotações consignadas na Lei Orçamentária para o atendimento das Despesas de Pessoal.

Devo ainda, ressaltar que a majoração concedida, abrange outras vantagens, tais como a gratificação de produtividade e o salário-família.

Desejo ainda mencionar a preocupação do Executivo em dar um tratamento mais humano aos beneficiados por pensões especiais pagas pelo Estado, aos quais foram atribuídos valores muito superiores aos atualmente em vigor.

Tenho certeza, Senhor Presidente, de que o Governo do Estado, ao apresentar esta proposição, o faz imbuído dos mais elevados propósitos de conciliar as diretrizes financeiras nacionais, as disponibilidades orçamentárias do Governo e as justas e legítimas aspirações do funcionalismo público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, do Quadro Próprio do Magistério, dos integrantes da Polícia Militar do Estado, dos Membros da Magistratura, do Procurador Geral da Justiça, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, o Procurador Geral e dos Procuradores do mesmo Tribunal, ficam fixados a partir de 1.º de janeiro de 1979, conforme tabelas dos anexos I e II.

Parágrafo único — Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelo "caput" deste artigo ficam majorados em 40% (quarenta por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1979, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 2.º — A Gratificação de Produtividade instituída pelas Leis nos. 6569, de 25 de junho de 1974, 6593, de 15 de agosto de 1974, 6641, de 04 de dezembro de 1974 e 6787, de 31 de maio de 1976, fica majorada em 40% (quarenta por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1979, desprezando-se as frações de cruzeiro.

Art. 3.º — O valor do Salário-Família atribuído ao funcionalismo estadual fica, a partir de 1.º de janeiro de 1979, fixado em Cr\$ 102,00 (cento e dois cruzeiros).

Art. 4.º — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6212, de 09 de agosto de 1971, incorporadas aos proventos de inativos fica, a partir de 1.º de janeiro de 1979, com seus valores acrescidos de 40% (quarenta por cento).

Art. 5.º — O valor previsto no art. 6.º da Lei n.º 6996, de 12 de abril de 1978, fica fixado em Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), a partir de 1.º de janeiro de 1979.

Art. 6.º — Ficam incluídos na simbologia de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, criada pela Lei n.º 6996, de 12 de abril de 1978, os cargos adiante discriminados:

No Símbolo DAS—2:

Diretor Superintendente da SUCEPAR e Diretor Superintendente da ARH;

No Símbolo DAS—4:

Diretores Técnico e Regional da SUCEPAR;

No Símbolo DAS—5:

Chefe de Gabinete do Vice-Governador, Diretor do Colégio Estadual do Paraná, Diretor da Diretoria de Assuntos Culturais da SEEC, Chefes do Centro Regional de Manutenção do DER, 3 (três) Assessores, Símbolo 1-C da Casa Civil com atribuição de Assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo e o Secretário da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 7.º — As disposições desta Lei aplicam-se no que couber ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 8.º — Ao Professor da 1a. a 4a. Séries de Ensino de 1o. Grau em regência de classe, será paga uma gratificação de Cr\$ 20,42 por dia útil de aula efetivamente ministrada, a título de Gratificação de Regência de Classe.

Art. 9.º — Ficam enquadrados no Grupo Ocupacional MPE-200, Série de Classe "E", nos termos dos anexos IB e IIB, da Lei Complementar no. 7, de 22 de dezembro de 1976, no Código 202, os atuais 72 ocupantes do cargo de Orientador Educacional e no código 205 os atuais 7 ocupantes do cargo de Técnico de Educação e os atuais 9 ocupantes do cargo de Assistente de Educação.

Art. 10 — As atuais funções gratificadas de Direção e Secretaria de Estabelecimentos de Ensino da Secretaria da Edu-

cação e da Cultura, ficam enquadrados na forma do anexo III da presente Lei, obedecido o critério do número de alunos a ser determinado pela SEEC.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I — TABELA I PODER EXECUTIVO

Nível	Valor
1	1.989,00
2	2.009,00
3	2.028,00
4	2.086,00
5	2.125,00
6	2.182,00
7	2.240,00
8	2.298,00
9	2.356,00
10	2.415,00
11	2.472,00
12	2.529,00
13	2.588,00
14	2.646,00
15	2.704,00
16	2.762,00
17	3.102,00
18	3.519,00
19	3.922,00
20	4.347,00
21	4.760,00
22	5.168,00
23	5.586,00
24	5.997,00
25	6.409,00
26	6.825,00
27	7.242,00
28	7.653,00
29	8.065,00
30	8.544,00

ANEXO I — TABELA II

a)	POLÍCIA MILITAR	
	Soldo do Posto de Coronel	13.059,00
b)	DELEGADO DE POLÍCIA DE 1a. CLASSE	13.059,00

ANEXO I — TABELA III MAGISTÉRIO

Nível	Valor
1	3.574,00
2	5.028,00
3	6.109,00
4	7.190,00
5	9.920,00

ANEXO I — TABELA IV PESSOAL EFETIVO DOS PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

Nível	Valor
1	1.989,00
2	2.009,00
3	2.028,00
4	2.086,00
5	2.125,00
6	2.182,00
7	2.240,00
8	2.298,00
9	2.356,00
10	2.415,00

11	2.588,00
12	2.723,00
13	2.766,00
14	2.814,00
15	3.189,00
16	3.551,00
17	3.981,00
18	4.411,00
19	4.835,00
20	5.262,00
21	5.695,00
22	6.127,00
23	6.554,00
24	6.981,00
25	7.403,00
26	7.830,00
27	8.264,00
28	8.691,00
29	9.122,00
30	9.549,00

ANEXO I — TABELA V
CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E
DO TRIBUNAL DE CONTAS.

SÍMBOLO	VALOR
1-C	12.259,00
2-C	11.284,00
3-C	10.379,00
4-C	9.550,00
5-C	8.786,00
6-C	8.080,00
7-C	7.441,00
8-C	6.844,00
9-C	6.300,00
10-C	5.789,00
11-C	5.336,00
12-C	4.902,00
13-C	4.508,00
14-C	4.149,00
15-C	3.820,00

ANEXO I — TABELA VI
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E
DO TRIBUNAL DE CONTAS.

SÍMBOLO	VALOR
1-F	1.633,00
2-F	1.386,00
3-F	1.222,00
4-F	981,00
5-F	897,00
6-F	732,00
7-F	569,00
8-F	491,00
9-F	401,00
10-F	326,00

ANEXO I — TABELA VII
PODER JUDICIÁRIO

Assistente Jurídico PJ TJ-1	15.331,00
Assistente Jurídico PJ TJ-2	17.035,00
Assistente Jurídico PJ TJ-3	18.928,00

ANEXO I — TABELA VIII
CARGOS DE DIREÇÃO E
ASSESSORAMENTO SUPERIORES.

SÍMBOLO	VALOR
---------	-------

DAS-1	29.628,00
DAS-2	26.934,00
DAS-3	24.487,00
DAS-4	21.473,00
DAS-5	16.500,00

ANEXO I — TABELA IX
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PARTE PERMANENTE
CATEGORIA ESPECIAL

CARGO	VALOR
Consultor Legislativo	19.353,00
Secretário de Comissão	17.033,00

ANEXO I — TABELA X
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PARTE SUPLEMENTAR

Médico	14.763,00
--------	-----------

ANEXO II — TABELA I
MAGISTRATURA

Desembargador	48.976,00
Juiz do Tribunal de Alçada	46.526,00
Juiz de Entr. Final e Aud. Just. Mil.	43.531,00
Juiz de Entr. Intermediária	39.180,00
Juiz de Entr. Inicial	35.261,00
Juiz Adjunto	31.733,00

ANEXO II — TABELA II
TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Conselheiro	48.976,00
Auditor	44.077,00
Proc. Geral junto ao T.C.	48.976,00
Procurador junto ao T.C.	44.077,00

ANEXO II — TABELA III
MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça	48.976,00

ANEXO III
DIREÇÃO E SECRETARIADO DE
ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA SEEC.

ESTABELECIMENTO DE	DIREÇÃO	SECRET.
2.º Grau	1-F e 2-F	3-F e 4-F
1a. a 8a. Séries e 2.º Grau	1-F e 2-F	3-F e 4-F
5a. a 8a. Séries e 2.º Grau	1-F e 2-F	3-F e 4-F
1a. a 8a. Séries	2-F a 5-F	4-F a 7-F
5a. a 8a. Séries	2-F a 5-F	4-F a 7-F
1a. a 4a. Séries	3-F a 6-F	5-F a 8-F
— À Comissão de Constituição e Justiça.		

MENSAGEM 152/78

Curitiba, 05 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Em atenção ao Ofício n.º 1003/78, dessa Presidência, tenho a honra de encaminhar a essa augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão dos cargos em comissão que especifica, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, na simbologia DAS — Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei n.º 6.936, de 12 de abril de 1978.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Os cargos em Comissão, da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constantes do anexo II, da Lei n.º 6.795, de 8 de junho de 1976, passam a pertencer à simbologia geral DAS — Direção e Assessoramento Superior, na conformidade do disposto pela Lei n.º 6.995, de 12 de abril de 1978.

ANEXO II SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO PARTE PERMANENTE

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo	Vencimento
1 (um)	Diretor Geral	DAS-2	19.239,00
1 (um)	Diretor de Gabinete		
	de Assistência Técnica	DAS-4	15.338,00
5 (cinco)	Diretor de		
	Departamento	DAS-4	15.338,00
1 (um)	Tesoureiro Geral	DAS-4	15.338,00
1 (um)	Contador Geral	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete		
	da Presidência	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete		
	da 1a. Secretaria	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete		
	da 2a. Secretaria	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete		
	da Diretoria Geral	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Coordenador de		
	Auxílios Sociais	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Assessor Jurídico do		
	Departamento de		
	Pessoal	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Assessor Jurídico do		
	Departamento de		
	Finanças	DAS-5	8.757,00
1 (um)	Chefe do Serviço de		
	Segurança	DAS-5	8.757,00

Art. 2.º. Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, 4 (quatro) cargos em comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo 3-C.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício:

Sob o n.º 197/78, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, comunicando, de acordo o que confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no parágrafo 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n.º 115/77, sendo esse veto parcial incidido sobre as expressões "bem como a devida proporcionalidade nos casos de natureza especial previstos por lei".—
Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que seja determinada a construção de salas de aula em Campo de Santana, em Umbará.

Sala das Sessões, em 7 de dezembro de 1978.

(a) Alfredo Gulin.

JUSTIFICATIVA:

A localidade Campo de Santana, em Umbará vem crescendo de maneira surpreendente nos últimos tempos, e as salas de aula existentes naquele lugar, não mais comportam o número de alunos que procuram os bancos escolares.

Assim, se faz mister que sejam tomadas providências para que as crianças em idade escolar não fiquem sem poder ingressar ou mesmo prosseguir na vida estudantil, o que prejudicaria o alicerce do progresso e desenvolvimento do nosso país no futuro, posto que é nas mãos das crianças de hoje que se encontra o Brasil de amanhã.

Solicitamos pois, a aprovação do presente, pelos ilustres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se em caráter de urgência, ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Educação de nosso Estado, dando apoio desta Casa à reivindicação da comunidade Maringense, conforme telegrama da Associação Comercial e Industrial de Maringá, solicitando autorização para funcionamento do curso de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, junto à escola VITAL BRASIL de Maringá, já para o próximo ano letivo.

Sala das Sessões, em 7 de dezembro de 1978.

(a) Antônio Facci.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o Município de Guaraqueçaba, que tenho a honra de representar, é um dos que atualmente oferece maiores possibilidades de aproveitamento agropecuário, tendo em vista a grande extensão de terras férteis que compõe o seu território;

Considerando que uma agência ou posto de instituição de crédito é imprescindível para o normal atendimento dos que ali desenvolvem ou se dispõem a desenvolver atividades econômicas;

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, sejam encaminhados expedientes à Presidência e à Diretoria Regional do Banco do Brasil S.A., solicitando a instalação, com brevidade, de uma agência, sub-agência ou posto rural do órgão financeiro em Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 7 de dezembro de 1978.

(a) Ezequias Losso.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 195/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aos atuais professores de ensino Primário Regionalista, fica assegurado o direito de serem enquadrados no nível 03 da Série de Classe "C" ou nível 05 da Classe "E", respectivamente, se possuírem habilitação de curso superior de licenciatura curta ou plena, mediante aprovação em concurso conforme estabelece a alínea "A" do parágrafo segundo do Art. 32, da Lei Complementar n.º 07/76.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de dezembro de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo capacitar inúmeros professores regionalistas, com diplomas de licenciatura curta ou plena, a se habilitarem em concurso a fim de poderem ser enquadrados na série de classe que lhes assegura a Lei complementar n.º 07/76, baseada na Lei Federal n.º 5692/71.

Com isso esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Depu-

tado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
O assunto é predominante na cidade de Paranaguá.

Já estivemos aqui, há dias passados, concitando às autoridades constituídas do nosso Estado a se reunirem, e verberarem contra a malfadada disposição do Estado de São Paulo em conseguir a revogação da Portaria 50, em boa hora assinada pelo Presidente do I.B.C., Senhor Camilo Calazans.

Dissemos, naquela oportunidade, que não queríamos entrar em polêmica com o Estado de São Paulo porque entendíamos que aquele Estado reconheceria o mérito do Paraná, do pórtio de Paranaguá de continuar a ter um lugar ao sol. Não somos donos da verdade. Mas, neste momento, estamos altamente preocupados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a união de forças do governo paulista e Deputados Estaduais, Federais e Centro do Comércio de Café do Estado de São Paulo, que congregados estão pressionando o Sr. Camilo Calazans para a revogação daquela Portaria número 50.

Se isto acontecer será de consequências catastróficas para o Paraná e principalmente para o Pórtio de Paranaguá. Não queremos pressionar o Sr. Camilo Calazans a manter a Portaria. Queremos pressionar, isto sim, o Sr. Camilo Calazans para que impere o bom senso e a justiça. E, se isto acontecer, aquela Portaria será mantida.

Não esqueçamos, Srs. Deputados e Sr. Presidente, que o Estado de São Paulo é um Estado que tem tudo. Nós sofremos as agruras de intempéries e somos um Estado que pouco temos a exportar. A permanência, o prevailecimento daquela Portaria é de condições imperativas para o nosso Estado e para Paranaguá.

Existe um movimento em Paranaguá, Srs. Deputados, no sentido de unirmos e congregarmos o Diretor do Porto, o Presidente do Centro do Comércio de Café, Sr. Prefeito Municipal, líderes Sindicais, para que façam uma marcha a Brasília para falar com o Sr. Ministro da Indústria e Comércio que tem ascendência sobre o Presidente do I.B.C. Eu não creio que haja necessidade. Mas eu quero fazer uma advertência nesta Casa, e ao Estado do Paraná, eu não vou responder pelo que possa acontecer na praça de Paranaguá, na cidade de Paranaguá se esta Portaria for revogada. Será uma injustiça abominável, Srs. Deputados, sem precedentes nos Anais da história política do Paraná.

Tenho certeza que neste momento, o Governador do Estado, Deputados Estaduais, Federais, todo o mundo que vive e comunga dos interesses do Paraná estão unidos com este propósito. Mas eu não respondo, repito, pelo que poderá acontecer. Consequências imprevisíveis, ameaçadoras, que predominam na boca do povo de Paranaguá, daquele que mais se resente dos efeitos dessa Portaria.

Entendo que o momento é de paz, de concórdia, de compreensão. Este mês, da Festa do Menino Jesus, tomara que Deus ilumine as autoridades do Governo do Estado de São Paulo, para que eles se abstenham de serem gananciosos, para que eles reconheçam a pujança daquele Estado e olhem para este que é um Estado co-irmão, como já disse na vez anterior e deixem de guerrear conosco, porque nós somos mais fracos e geralmente a "corda arrebenta do lado mais fraco", mas, se isto acontecer, Deus queira que a cidade de Paranaguá não entre em pânico, em desespero, que eu não acredito para evitar o drama que persistiria naquela cidade se isto viesse a ocorrer.

É a advertência que eu lanço, neste momento, ao Sr. Presidente do IBC, Dr. Camilo Calazans.

Muito obrigado, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

—(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, inicialmente para, regimentalmente ter apreciação da Casa, estou requerendo o seguinte: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, para aprovar o envio de expediente à ELETROSUL S/A., em que se reivindica o imediato atendimento às propriedades desapropriadas para a construção da Usina de Salto Santiago, com o pagamento justo e de maneira indiscriminada a todos os desapropriados.

Que da decisão, comunique-se o Ministério das Minas e Energia e a Presidência da República, bem como ao Serviço Nacional de Informações.

Sala das Sessões, em 7 de dezembro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

As obras da Usina de Salto Santiago já atingem o estágio avançado de seu cronograma, porém a solução de pagamento aos proprietários das terras desapropriadas para servirem a bacia de acumulação, ainda não tiveram qualquer prioridade e mesmo preocupação mais evidente por parte da ELETROSUL.

Além da construção de uma estrada, que serve muito mais à ELETROSUL que as propriedades atingidas, nada foi feito e nada se nota estar sendo realizado para reintegrar e recolocar as centenas de famílias que abandonaram ou terão que abandonar suas moradias. Os poucos pagamentos efetuados, foram feitos de maneira discriminatória. De nada vale a alegação de que por ser um ajuste amigável, deve o desapropriado concordar com o preço. A verdade é que o critério utilizado pela ELETROSUL tem dado margem a verdadeira discriminação, sempre em prejuízo dos menores e mais carentes."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, a Nação, através da imprensa escrita e falada, testemunhou a interpretação oficial do Governo a respeito das últimas eleições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, custa crer que tivesse preocupação tão grande, - o Governo brasileiro, em informar o resultado das últimas eleições, como se o povo não tivesse acompanhado até com ansiedade, com expectativa, o resultado das eleições. Parece que, ontem, o Coronel Ludwig procurou dar uma aula de apuração eleitoral e ensinar aos brasileiros a interpretar os números e o resultado das eleições parlamentares de 1978.

Custa-nos crer que só o Governo entenda, ou só o Coronel Ludwig, tenha uma ótica especial para ver o resultado das eleições. A imprensa, de uma maneira geral, a opinião pública brasileira, e, principalmente a opinião pública internacional, têm uma interpretação diferente do Governo brasileiro. Porque, de nada vale o Governo vir trazer, em quadros, mapas, burocraticamente, tecnicamente, a sua versão, ela está no conceito de toda a população brasileira e como fato político que as eleições foram, as conclusões foram tiradas pelo povo brasileiro.

Portanto, é até digno de pena que um homem da inteligência do Sr. Coronel Ludwig, tenha que vir dizer à Nação, tenha que vir dar "murros em mesa", protestando contra a interpretação que a Oposição do Brasil levou vantagens nestas eleições.

Mas, Sr. Presidente, quero, no início destas considerações, ler algum trecho do editorial hoje da "Folha de São Paulo" que, melhor do que ninguém, quebra o sofisma em que se apoiou o Sr. Ludwig para tentar levar a cabo a sua ingrata missão.

Diz o editorial: "Um dia, quando o Vice-Presidente Aureliano for dar aulas de balística para oficiais de artilharia, seu desconhecimento na matéria causará tanta surpresa quanto as falhas contidas na análise do Coronel Ludwig, assessor de

Imprensa do Planalto, sobre as últimas eleições.

A parte das ironias feitas com os jornalistas que se abalçaram a fazer previsões equívocas sobre a distribuição de lugares no Congresso - e não há como rebatê-las, pois as regras do jogo estavam definidas - tudo o mais é questionável, ou contém erros palmares de interpretação.

Por exemplo, ao explicar as diferenças entre os valores dos votos para Deputados, nos Estados desenvolvidos e menos desenvolvidos, o coronel leu um trecho de livro sobre Direito Constitucional e instituições políticas que tira toda a seriedade que foi dito antes. O autor escreveu: "De um lado, casos extremos, no Estado de Nova Iorque, em razão de sua população, cada Senador representa mais de oito milhões de americanos. E no Estado de Nevada, cada Senador representa cem mil americanos".

Absolutamente certo, mas para o Senado. Nas repúblicas federativas, essa Casa é responsável pelo equilíbrio entre as Unidades que compõem a União. Aqui também é assim, tanto que os noventa e poucos mil eleitores do Acre escolhem o mesmo número de Senadores que os dez milhões de votos de São Paulo.

Enquanto no Senado está a representação dos Estados, na Câmara dos Deputados está a do povo. Nesta, portanto, os critérios de preenchimento de vagas são em função do número de habitantes, ou do número de eleitores. Assim, as regiões mais densamente povoadas elegem número maior de representantes à Câmara, mas a estabilidade da Federação não se altera por causa da compensação no Senado.

Em nenhuma democracia do mundo existe a disparidade introduzida, autoritariamente, pelo "pacote de abril". Treze votos em um Estado valerem o mesmo que um de outro, para a Câmara, só mesmo no Brasil.

De certa forma, o coronel economizou tempo ao enganar-se na citação; não se conhece autor algum, razoavelmente idôneo, capaz de justificar esse despautério. A alardeada vantagem de quatrocentos mil votos no pleito para deputados, e que vai dar à ARENA maioria de quarenta e duas cadeiras, daria de apenas duas, se fosse obedecido o quociente eleitoral de São Paulo.

O vice Aureliano Chaves, que é do ramo, chegou a conclusões diferentes sobre os resultados da eleição exatamente porque não comete semelhantes enganos. E, sem embargo, ele daria um péssimo professor de balística."

Sr. Presidente, a interpretação do Coronel Ludo Ludwig ao dizer de que a ARENA ao obter uma vantagem de quatrocentos mil votos, na Câmara dos Deputados, corresponde a quarenta e duas cadeiras de Deputados Federais, me parece que se baseia num sofisma: o que é pior, numa ilegitimidade, que foi a ilegitimidade consagrada pelo pacote de abril, que castrou os grandes Estados, que castrou a representação proporcional por número de habitantes.

Nos países Democráticos do Bicameralismo, duas câmaras de representantes: o Senado representando a Federação, o Estado individualizado, a unidade individualizada, e a Câmara dos Deputados representando a população do povo, no Brasil foi desfigurado, isto, pelo "pacote de abril". Por isto vem agora o Governo dizer, que, porque obteve maior número de cadeiras de Deputados, conseguiu laurear-se, ou conseguiu vitória no Parlamento brasileiro.

"O segundo Ludwig, em importância neste País junto ao Governo, compareceu solenemente perante a opinião pública, para protestar contra a verdade e a informação, e proclamar a visão oficial sobre as eleições de 78.

O Ludwig do Projeto Jari, também costuma contestar a liberdade de imprensa e querer impor, à Nação brasileira, uma visão idílica de sua sesmaria concedida pelo Clube Imperial. Mas não desce às miudezas do processo eleitoral.

O segundo Ludwig, o Coronel Ruben Ludwig, o "contro-

ler" da informação oficial e pública, preparou um painel ao estilo de tecnoburocracia desacreditada, para desmentir a vitória das oposições nas eleições proporcionais e nas subeleições majoritárias.

Se as leituras preferidas do Coronel Ludwig ultrapassam o nível da Geopolítica do General Golbery do Couto e Silva e o teoroticismo dos Ensaio de Maurice Duverger, sua função ingrata não faz justiça ao que se espera de seus arroubos de oratória. Não se deve esperar tanto, pois certas funções definem as possibilidades dos homens. Eis que o Coronel Ruben Ludwig denuncia um complô de anti-informação, que deu a vitória eleitoral à oposição. Os cúmplices dessa anti-informação são os veículos de comunicação social e os autores, a oposição e a "intelligentia" brasileiras.

A falação do porta-voz oficial da Presidência da República foi a mais infeliz possível. Confirmou a preocupação do Governo em apresentar-se como vitorioso, preocupado em impor essa idéia e obter rendimentos políticos junto à opinião pública.

Não sabemos o que conseguirá obter, agora, a fala do porta-voz da Presidência da República. O povo todo sabe como e com que meios o Governo, em todos os escalões, pretendeu fraudar as eleições, a partir da idéia de que a oposição não podia ganhar. De que a oposição não poderia ter os mesmos meios e direitos do que o Partido do Governo. Governo sem moral política, sem legitimidade, desejando eleger um Congresso onde a legitimidade, conferida pelo povo nas urnas, é uma exclusividade da oposição.

Esse, no fundo, foi o objetivo da falação do Coronel Ludwig: conseguir impor à opinião pública a idéia de que a falsificação eleitoral - os meios fraudulentos de que se socorreu a corrupção política oficial não retiram a legitimidade da maioria arenista no Congresso Nacional. Não precisava fazer nenhum painel mágico para isso. Bastava dispor dos instrumentos de força em vigência, para editar que: 1.º - Fica decretada a vitória da ARENA nas eleições brasileiras; 2.º - Fica proibido contestar a lisura do pleito e os métodos usados pelo Governo durante a campanha eleitoral; 3.º - Em consequência, é inteiramente legítima a maioria arenista no Congresso Nacional, para quaisquer efeitos, e nas Assembléias Legislativas. Parágrafo Único. Ali onde o MDB obteve maioria e onde se manifestam as oposições, fica desde já ressalvada a ambigüidade política e a ilegitimidade constitucional.

Neste último caso, para que a legitimidade da aspiração popular e do Partido da Oposição seja atingida, é necessário que existam os referendos de hermeneutas oficiais, civis e militares.

Não precisava o Coronel Ludwig gastar tanto latim!

Neste período de aberturas mais do que aberturas, as invectivas do General Ernesto Geisel, o bater dos punhos do General João Batista Figueiredo e as "lições" do Coronel Ruben Ludwig demonstram que a situação política brasileira é muito instável. A luta dos democratas brasileiros contra os democratas relativos, a luta do povo contra o sistema político e econômico ainda se desdobrará por muito tempo. A inquietação e a virulência dos ataques contra as oposições de parte do Governo, demonstram que a realidade o está derrotando. O Governo vem sendo derrotado, inclusive onde pensa ter vencido. Cansado das derrotas que os "pacotes" não evitam, angustiado porque não consegue o apoio e a cooperação das mais importantes lideranças sociais, o Governo estuda formas de liquidar os principais focos de resistência oposicionista. Está arrependido de ter marcado com fanfarras e cornetas o dia 1.º de janeiro, como data para uma mudança de estilo. Está desesperado porque perdeu as eleições. Com toda fraude e força o Governo amarga uma derrota contundente, dizendo representar o Brasil moderno, avançado, neo-

capitalista. É este o Brasil que lhe diz: não, obrigando o governo a reconhecer que representa o curral, o latifúndio selvagem. Do desenvolvimento, da área desenvolvida do país, o Governo obtém o apoio da especulação financeira, da usura sem freios, da aristocracia funcionária, da tecno-burocracia e dos grupos semi-clandestinos da repressão. Dá para explicar o desespero contra o informativo do Coronel Ludwig. Se pelo menos, o porta voz da Presidência da República soubesse que a análise política, que leva a avaliação, necessita de critérios, de estabelecer relações entre números e significados, e de ter instrumentos intelectuais para operar sobre os dados da realidade, o coronel Ludwig acredita que a análise política é uma simples aritmética. Uma engenharia de estradas, um regulamento disciplinar.

O desespero do porta-voz da Presidência da República confirma a derrota do Governo e sua tentativa de "dar a palavra final", demonstra que o regime de força insiste em controlar a vida social.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, e a derrota do Governo, hoje, está caracterizado em todo o Brasil. Anteontem, em São Paulo, duas centenas de motoristas de táxi, num movimento reivindicatório, resolveram parar no centro de São Paulo, e vejam que magia é essa, senhores: duas centenas de motoristas de táxi, conseguem rasgar o "pacote" anti inflacionário do nosso Ministro da Fazenda, porque de uma hora para outra, o Sr. Simonsen pega o seu pacote e num novo embrulho, esclarece que a partir de hoje os motoristas de táxi já não causam mais inflação e o táxi pode andar, hoje, com a bandeira "2".

Ora, Senhores, é lamentável que ocorra isso no nosso País, que o Governo, de uma hora para outra, mude as regras do jogo, com uma facilidade espantosa, que, de uma hora para outra a Nação assista estarecida o que o Ministro da Fazenda vem fazendo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é lamentável que o Brasil de uma hora para outra, tenha conhecimento de fatos dantescos que se preparam nesta Nação, como o fato de vender a reserva florestal da Amazônia, para pagar a dívida externa causada por este Governo.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados. É lamentável que tenhamos que viver numa Pátria em que não saibamos o que vai acontecer no dia de amanhã. A reserva da floresta Amazônica, é um bem indisponível para o Brasil, porque como verdadeiro pulmão de todo o Globo terrestre, a maior reserva de flora e de fauna do mundo, o Brasil não pode dispor a seu bel prazer. Mas, se a Nação brasileira estivesse consciente disso, se a Nação brasileira pudesse falar legitimamente através do seu Congresso — e nós sabemos que o Congresso brasileiro é mutilado, impossibilitado e que o Poder Legislativo castrado, sempre secunda ao Poder Executivo, é de se perguntar, Senhor Presidente, Senhores Deputados: quem ganhou as eleições? Ganhou o povo brasileiro, ganhou a ARENA, ganhou o MDB, ganhou a Oposição, ganhou a Situação, ou não é de se perguntar e chegar à triste e realística conclusão, de que mais uma vez o Brasil perdeu, porque, lamentavelmente, quem se apresenta como vencedor é o Governo, como sempre se apresentou; cometendo erros em cima de erros e, teimosamente, dizendo que está com a verdade. Por isso, Sr. Presidente, é de se perguntar: Será que valeu a pena haver eleição, no Brasil? Será que valeu os políticos acreditarem numa abertura deste Governo? Anunciava-se que seria facilitada a criação de novos partidos e a realidade, Sr. Presidente, é esta — de que as duas siglas artificiais deverão continuar porque parece que ao Governo não interessa; interessa sempre ficar com a maioria; interessa sempre e, a qualquer custo, ter o poder, o poder, simplesmente, pelo poder. Por isso, Sr. Presidente, trazemos a nossa opinião de que a Oposição saiu vitoriosa das eleições porque o Governo não conseguirá, jamais e, em tempo algum,

mesmo aos arenistas mais fanáticos e desinformados, conseguirá dar uma versão de legitimidade ao pacote de abril. Se a ARENA ganhou em números, lhe faltou legitimidade e, se o Governo, talvez, não tivesse feito a tremenda besteira e fraude do pacote de abril, pudesse, hoje, a ARENA, com legitimidade, se apresentar vitoriosa. Mas, isso não ocorreu, porque o Governo, autor do pacote de abril, autor da maior mancha de retrocesso político desta Nação, hoje quer desfazer os números e quer apresentar-se, mais uma vez, como vitorioso. Espero que o dia em que o Governo se sentir vitorioso, também a Nação possa se sentir vitoriosa porque, lamentavelmente, sempre que o Governo se sente vitorioso, é a Nação que se sente derrotada.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado, V. Ex.^a me permite um aparte? **(Assentimento)** — Apenas para corrigir certos números. Nós temos, na verdade, no Brasil, quarenta e quatro Senadores não pré-fabricados; vinte e dois são picaretas; dois foi invencionice, representam o Mato Grosso; então, para corrigir números, o MDB fez dezesseis Senadores, em 1974 e, agora, fez oito. Tem o MDB, vinte e quatro Senadores dos quarenta e quatro reais Senadores desta Pátria, excluindo a figura esdrúxula do Almirante Amaral Peixoto que infelicitou o nosso Partido. Mas, ficaríamos com vinte e três Senadores, ou seja: temos no Senado Federal a maioria dos Senadores, já que o Coronel Ludwig, especialista em balística e, portanto, em matemática, se propõe a corrigir o número das eleições, nós também o faremos.

Eu estranho que, na verdade, excluídas as figuras ridículas dos Senadores picaretas que, na verdade, Senadores não o são, são vinte e dois Senhores "incitatus", que estão a infelicitar o Senado Federal, excluindo os dois Senadores fabricados na redivisão do Estado do Mato Grosso, nós temos, na verdade quarenta e quatro Senhores Senadores, dos quais, vinte e quatro, ou melhor, vinte e três, vinte e quatro foram eleitos pelo voto direto e são do MDB, restando à ARENA, apenas vinte.

Era este o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. Havendo declinado, consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. **(Declina)**

É com a máxima satisfação que esta Presidência anuncia a presença, nas galerias de honra da Assembléia do Estado do Paraná, do Vereador Agostinho Ansen, do Distrito de Jesuíta, do Município de Formosa do Oeste, que se faz acompanhar de S. Ex.^{ma} o Sr. Deputado Edilson Alencar; ao nosso ilustre visitante desejamos uma boa estada em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 54/78, ex-Proposição n.º 158/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e a Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, objetivando a realização do Projeto

Interiorização da Cultura, no exercício de 1.977.— Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 173/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 30/78, ex-Proposição n.º 170/78 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a realização da segunda etapa do Programa de Treinamento de Servidores Municipais. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 174/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de PIÊN, objetivando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 129/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 218/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Agudos do Sul, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 130/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 220/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 77/78, ex-Proposição n.º 200/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e da Cultura, sob a Coordenação deste plano, visando a realização do Curso Supletivo de 1.º Grau — FASE II, através do projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 207/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Umuarama, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 137/78, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 214/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de São João, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 138/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 80/78, ex-Proposição n.º 221/78 — aprova convênios n.ºs 14 e 15, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o CENESP, órgãos do Ministério da Educação e Cultura, objetivando assistência técnica e financeira ao Estado, nos valores e fins que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 139/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 81/78, ex-Proposição n.º 222/78 — aprova convênios n.ºs 051/77 e 207/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e da Cultura, objetivando a aplicação de recursos do “SALÁRIO EDUCAÇÃO”, instituído pelo Decreto-Lei n.º 1422, de 23/10/75. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 140/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 203/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de NOVA OLÍMPIA, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto “MINERVA”. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 141/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 226/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de ALTÔNIA, objetivando o Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 142/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 227/78 — aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de AMAPORÃ, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 228/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de AMPÉRE, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J.,

C.J. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 144/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 234/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Bom Sucesso, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 145/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 235/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de BORRAZÓPOLIS, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II — Habilitação de professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério, nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 146/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 236/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CAMBIRA, objetivando a implantação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 147/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 237/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CAMPO LARGO, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 238/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério das quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 225/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de ALTO PARANÁ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS

da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 239/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CAMPO TENENTE, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 151/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 244/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 245/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CORONEL VIVIDA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério, nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 246/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de DOIS VIZINHOS, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério, nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 247/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de ENÉAS MARQUES, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério, nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/78 de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 249/78 — aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de FAXINAL, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério, nas quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/78, de

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 162/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 258/78, aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de IMBITUVA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 169/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 272/78, aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de KALORÉ, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 198/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 82/78, ex-Proposição no. 323/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de TEIXEIRA SOARES, objetivando a implantação do Projeto Logos II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 199/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 327/78, aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Ubatuba, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério, nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 200/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 328/78, aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Umuarama, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 201/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 329/78, aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Verê, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 202/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 330/78, aprova acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Vitorino, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 203/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 331/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da **Secretaria da Educação e da Cultura**, e o Município de Xambê, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 234/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 264/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Itaúna do Sul, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 235/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º

82/78, ex-Proposição n.º 265/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Ivaí, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 236/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 266/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Ivaiporã, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 237/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 298/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Pitanga, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 238/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 299/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Planaltina do Paraná, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1º grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a construção de salas de aula em Campo de Santana, em Umbará. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando autorização para funcionamento do Curso Técnico em Contabilidade junto a Escola Vital Brasil de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência e à Diretoria Regional do Banco do Brasil S.A., encarecendo a instalação de uma agência, sub-agência ou posto rural do órgão financeiro em Guaraqueçaba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente à Eletrosul S/A., reivindicando o imediato atendimento às propriedades desapropriadas para a construção da Usina de Salto Santiago, com o pagamento justo e de maneira indiscriminada a todos os desapropriados. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.